

Nota Técnica nº 021/2010–SRC/ANEEL

Em 15 de abril de 2010.

Processo: 48500.003242/2003-01

Assunto: Análise do Plano de Universalização da
Empresa Elétrica Bragantina S/A – BRAGANTINA -
Período 2009-2010

I. DO OBJETIVO

Apresentar o resultado do processo de análise do Plano de Universalização da Empresa Elétrica Bragantina S/A – BRAGANTINA para o período de 2009 a 2010.

II. DOS FATOS

2. Em 25 de abril de 2008, o Decreto nº 6.442 alterou o prazo execução do Programa Luz para Todos - PLPT para o ano de 2010, determinando ao MME o estabelecimento das metas e dos prazos de encerramento do programa em cada Estado ou área de concessão.

3. Em 28 de maio de 2009, foi publicada a Resolução Normativa nº 365, alterando a Resolução Normativa ANEEL 175/2005, que estabelece as condições para a revisão dos Planos de Universalização de Energia Elétrica, visando à prorrogação dos prazos de execução do PLPT, biênio 2009 - 2010, mediante o disposto nos Termos de Compromisso firmados entre as concessionárias e permissionárias de distribuição e o Ministério de Minas e Energia - MME.

4. Em 26 de agosto de 2009, a BRAGANTINA protocolou na ANEEL, por meio da Carta nº VPO/B/04236/2009, as informações a respeito do seu Plano de Universalização de Energia Elétrica para os anos de 2009 e 2010.

5. Essa proposta foi objeto de avaliação por esta SRC, cujos resultados são consolidados na forma desta Nota Técnica – NT.

(fls 02 da Nota Técnica nº 021/2010-SRC/ANEEL, de 15/04/2010)

III. DA ANÁLISE

6. Para avaliação do Plano de Universalização, foram consideradas as seguintes premissas:

- Ano de universalização por município, conforme NT nº 68/2007-SRC/ANEEL;
- Conclusão da universalização da área urbana;
- Termos de Compromisso acordados no âmbito do PLPT para o período 2009-2010.

7. De acordo com a NT nº 68/2007, de 30 de março de 2007, nove municípios estariam universalizados em 2004 e seis municípios em 2006.

8. A Tabela 1 apresenta as metas acordadas e consolidadas com a BRAGANTINA no âmbito do PLPT, para o biênio 2009-2010, publicadas na Resolução Normativa nº 175, de 2005, atualizada pela Resolução Normativa nº 365, de 28 de maio de 2009.

Tabela 1: Metas do PLPT – Resolução 175/2005

AGENTE EXECUTOR	METAS	
	2009	2010
BRAGANTINA	200	200

9. A tabela 2 apresenta o resumo do quantitativo de unidades consumidoras a serem atendidas pelo Programa PLPT, por município, informadas pela BRAGANTINA para os anos de 2009 e 2010.

Tabela 2: Metas do PLPT por município

Município	METAS			Município	METAS		
	2009	2010	TOTAL		2009	2010	TOTAL
Bueno Brandão	16	16	32	Toledo	4	3	7
Córrego do Bom Jesus	24	24	48	Camanducaia	38	37	75
Estiva	22	21	43	Cambuí	48	49	97
Munhoz	11	10	21	Extrema	13	14	27
Senador Amaral	12	13	25	Itapeva	12	13	25

10. Com relação à distribuição das metas a cada ano, ressalta-se que, de acordo com o Decreto 4.873/2003, é o Ministério de Minas e Energia quem define as metas e os prazos de encerramento do PLPT, em cada Estado ou por área de concessão, as quais são celebradas por meio dos respectivos Termos de Compromisso.

* A Nota Técnica é um documento emitido pelas Unidades Organizacionais e destina-se a subsidiar as decisões da Agência.

(fls 03 da Nota Técnica nº 021/2010-SRC/ANEEL, de 15/04/2010)

11. Conforme ressaltado na correspondência encaminhada, as áreas urbanas de todos os Municípios, assim como as áreas rurais dos Municípios localizados no Estado de São Paulo, já se encontram universalizadas, sendo as novas solicitações de fornecimento realizadas para o atendimento do crescimento vegetativo. As metas ora acordadas referem-se a demandas de pequenos produtores rurais e imóveis de veraneio que não foram contemplados nos contratos anteriores.

12. Não foi informado o custo médio para realização das ligações nos anos de 2009 e 2010.

13. Independente dos valores apresentados pela distribuidora, o inciso I do art. 8º da Resolução Normativa nº 175, de 15 de dezembro de 2005, estabelece limitação para o impacto tarifário ao consumidor de 8%, no âmbito da implantação do Programa Luz para Todos. Ademais, o § 4º do art. 1º da Resolução Normativa nº 238, de 28 de novembro de 2006, estabelece que não seja considerado no cômputo total de pedidos não-atendidos o quantitativo de ligações não-realizadas cujo valor das obras por unidade consumidora, necessárias para o atendimento, seja maior que três vezes o valor do custo unitário de ligação contratado no âmbito do Programa Luz para Todos.

IV. DA CONCLUSÃO

14. Conforme disposto pelo § 2º do artigo 4º da Resolução nº 175/2005, com redação dada pela Resolução nº 365/2009, para a distribuidora que celebrar Termo de Compromisso para o biênio 2009-2010, o prazo máximo para atingir a universalização na área rural deverá observar o prazo máximo de vigência do Programa Luz para Todos em sua área de concessão, sendo que, para a área urbana, permanecem as metas estabelecidas nos Planos de Universalização já aprovados pela ANEEL.

15. Dessa forma, considera-se a área urbana da BRAGANTINA universalizada desde 31 de dezembro de 2006 e, para a área rural, devem ser observadas as metas gerais da Tabela 3.

Tabela 3: Metas da Distribuidora

<i>Ano</i>	<i>Recursos da Distribuidora</i>	<i>Programa Luz para Todos</i>	<i>Total</i>
<i>2009</i>	-	200	200
<i>2010</i>	-	200	200
<i>TOTAL</i>	-	400	400

16. Excetuando-se as situações previstas em regulamentos, a distribuidora deve garantir que, ao final do período em questão, não existam solicitações de atendimento na área rural não-atendida dentro dos prazos estabelecidos, ainda que o quantitativo total de solicitações de ligação no período supere o quantitativo apresentado como meta para os anos de 2009 e 2010.

(fls 04 da Nota Técnica nº 021/2010-SRC/ANEEL, de 15/04/2010)

17. Toda solicitação de atendimento na área rural, durante o biênio 2009-2010, que não se enquadre nas condições técnicas estabelecidas pelo PLPT, ou ainda em quantitativo superior ao estabelecido na Tabela 02, devem ser atendidas observando-se as disposições das Condições Gerais de Fornecimento, da Resolução 223/2003, da Resolução 175/2005 e da Resolução 250/2007.

18. Adicionalmente, ressaltamos que, no caso de eventuais divergências entre os quantitativos apresentados nesta nota técnica e futuras alterações com relação aos valores contratados no âmbito do Programa LUZ PARA TODOS, considerar-se-á, para fins de fiscalização e acompanhamento das metas de universalização, os valores constantes nos respectivos Termos de Compromisso e seus aditivos firmados com o Ministério de Minas e Energia – MME.

19. A BRAGANTINA deve encaminhar as informações a que se refere o item 12 desta Nota Técnica.

20. A revisão do Plano de Universalização apresentado pela BRAGANTINA, consideradas as disposições desta nota técnica, atende às diretrizes estabelecidas na Resolução ANEEL nº 223/2003 e Resolução Normativa nº 175/2005.

JORGE AUGUSTO LIMA VALENTE
Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Energia

De acordo:

RICARDO VIDINICH
Superintendente de Regulação da Comercialização da Eletricidade